Aula 6

AS MONARQUIAS CENTRALIZADAS

META

Estimular o envolvimento dos alunos com a temática da formação do Estado moderno.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Analisar a retomada dos poderes pelos reis no contexto das mudanças que vimos acompanhando.

Examinar monarquias que lideraram o processo de centralização política no ocidente europeu.

Estudar a formação das nacionalidades na Idade Média.

Lenalda Andrade Santos
Bruno Gonçalves Alvaro

INTRODUÇÃO

O exame das transformações que marcaram a chamada Baixa Idade Média, objeto de estudo de nossas aulas anteriores, prossegue com a análise das mudanças no campo da política.

Num contexto marcado pelo crescimento de cidades, com uma economia dinâmica e diversificada, com a presença de segmentos que demandavam um novo ordenamento político e jurídico, não era possível a sobrevivência, por muito tempo, da fragmentação política, característica da Europa pós-invasões.

A retomada dos poderes pelos reis, a exemplo do que aconteceu na França, na Inglaterra e em Portugal, foi passo essencial para o surgimento do Estado moderno, conforme veremos.

AS CARACTERÍSTICAS DAS NOVAS MONARQUIAS

Figura 14: As Monarquias Medievais

“Durante o feudalismo, predominou a autoridade da nobreza e da Igreja. A nobreza impunha um poder de cunho particularista, isto é, restrito aos limites de seus feudos; já a Igreja irradiava sua autoridade de forma universal, espalhando-a pelo continente europeu. Não havia um poder intermediário entre o particularismo da nobreza e o universalismo da Igreja. O poder do

rei era formal e simbólico, pois, apesar de ele ser o nobre mais importante de uma grande região, não possuía autoridade efetiva. Os nobres dentro de seu feudo detinham completa soberania, isto é, comandavam suas tropas, cunhavam moedas e ditavam as leis.

A centralização do poder e a formação do Estado moderno estão estreitamente ligadas ao renascimento comercial e urbano. O dinamismo da nova economia mercantil começava a chocar-se com as arcaicas estruturas do sistema feudal. Um poder forte e centralizado acabou sendo um modo de controlar a nobreza, além de reduzir e padronizar os impostos, os pesos, as medidas e a moeda. O Estado moderno, detentor do monopólio do poder e da força, formou-se como resultado dos embates sociais ocorridos em torno dessas questões. Tal Estado não seria particularista como o poder dos senhores feudais, restrito apenas aos feudos, nem universalista como o difuso poder da Igreja, que abrangia toda a Europa.

Tanto os reis como os burgueses estavam interessados na centralização do poder político e na integração econômica. Na relação entre a burguesia e o rei, os burgueses contribuiriam com o dinheiro e o monarca imporia reformas que favorecessem o comércio. Com o dinheiro, o rei organizaria um exército profissional, modernizado, equipado com as melhores armas, capaz de impor sua autoridade aos outros nobres. A aliança da burguesia com a realeza constituiu o cerne do processo de formação do Estado moderno. Esse processo teve início no final do século XII e se consolidou no século XVI, quando as monarquias adquiriram caráter absolutista.

Na Europa ocidental, a monarquia centralizada foi a forma sob a qual se estruturou o Estado na passagem da Idade Média para os tempos modernos. A monarquia abrangia um território limitado por fronteiras, habitado por uma população subordinada a um único poder. A autoridade do poder central sobre a população e o território é conhecida como soberania. As monarquias desenvolveram-se numa época em que a realeza e a burguesia tinham os mesmos interesses políticos e econômicos. A burocracia civil e militar foi um instrumento indispensável para o rei exercer o poder dentro das fronteiras do Estado". ". (COSTA e MELLO, 2008, p. 181)

DO ABSOLUTISMO POLÍTICO

A respeito da boa constituição dos chefes de uma cidade ou nação, duas coisas devemos considerar. Uma, que todos tenham parte no governo; assim se conserva a paz do povo e todos amam e guardam tal governo, como diz Aristóteles. A outra é relativa à espécie do regime ou à constituição dos governos e tendo estes diversas espécies, como diz o Filósofo, as principais são as seguintes: A monarquia, onde o chefe único governa, segundo o exige a virtude; a aristocracia é o

governo dos melhores, na qual alguns poucos governam, segundo o exige também a virtude. Ora, o governo mais bem constituído, de qualquer cidade ou reino, onde há um só chefe, que governa segundo a exigência da virtude e é superior de todos. E, dependentes dele, há outros que governam, também conforme a mesma exigência. Contudo esse governo pertence a todos, quer por poderem os chefes serem eleitos por todos. Por onde essa forma de governo é a melhor, quando combinada: monarquia, por ser só um chefe; aristocracia, por muitos governarem, conforme o exige a virtude; democracia é governo do povo, por, deste, poderem ser eleitos os chefes e ao mesmo pertencer à eleição deles" (Suma Teológica. In: PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 213/214).

A MONARQUIA FRANCESA

Figura 15: Carlos Magno / http://heroismedievais.blogspot.com.br

"Em 843, pelo Tratado de Verdun, os netos de Carlos Magno dividiram o Império Carolíngio. Do Reino da França, herdado por Carlos Magno surgiu na Baixa Idade Média a monarquia centralizada francesa. Ali a dinastia Carolíngia se extinguiu em 987. A partir de então, com Hugo Capeto, iniciou-se a dinastia Capetíngia.

Na ascensão da dinastia Capetíngia, no século X, o Reino da França encontrava-se politicamente fragmentado. Diante dos grandes ducados e condados, o poder dos capetíngios era quase simbólico. Contudo a dinastia Capetíngia governou o reino da França por três séculos ininterruptos e foi, gradualmente, fortalecendo sua autoridade e submetendo os grandes duques e condes, além de ampliar a extensão de seus domínios. Desse processo resultou a monarquia centralizada francesa.

Na luta pela centralização política e pela expansão territorial, os capetíngios confrontaram-se, também, com os interesses da população do Reino da Inglaterra. Em 1066, esse reino havia sido conquistado pelos exércitos de Guilherme, duque da Normandia, região situada na atual França. Com o desenvolvimento de sua monarquia, foram mantidos, para a Coroa inglesa, os territórios da Normandia.

Para consolidar a monarquia francesa, os capetíngios precisavam, além de submeter a nobreza, arrebatar dos ingleses seus territórios na França. Essa tarefa só seria concluída, já sob domínio de outra dinastia, com a Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

No governo de Filipe Augusto, de 1180 a 1223, foi organizado o sistema tributário francês, criando-se impostos de âmbito geral extensivos a todos os súditos do reino, e também um exército profissional, mobilizado em caráter permanente. Filipe Augusto submeteu, ainda, a nobreza, obrigando os senhores feudais a prestar juramento de fidelidade diretamente ao rei, e ampliou os domínios reais por meio da incorporação de novos territórios.

Luís IX, que governou de 1226 a 1270, deu continuidade à obra de Filipe Augusto. No século XIII, a burguesia fortalecia-se com a expansão do comércio e o crescimento das cidades. O governo de Luís IX foi responsável pela criação de uma moeda real padronizada, cuja aceitação se tornou obrigatória em todo o Reino da França. Além disso, organizou os tribunais reais, centralizando e uniformizando a justiça, e ampliou ainda mais os domínios da Coroa.

Filipe IV, o Belo, cujo governo foi de 1285 a 1314, conquistou o apoio e a simpatia da burguesia francesa quando ordenou a expulsão dos mercadores que não eram originários do Reino da França. Ao tentar submeter a autoridade da Igreja à do Estado, entrou em choque com o papa Bonifácio VIII. Para obter apoio em sua luta contra o papa, Filipe IV convocou, pela primeira vez, os Estados Gerais, assembléia dos diversos setores sociais do reino. Nos Estados Gerais estavam representados o Primeiro Estado, formado pelo clero; o Segundo, pela nobreza; e o Terceiro, pela burguesia e pelo restante da população. Essa assembléia não tinha poder decisório, apenas função consultiva, devendo opinar e aconselhar o rei.

Com a morte de Bonifácio VIII, em 1303, foi eleito um novo papa, Clemente V, que era pessoa de confiança de Filipe IV. Pressionado pelo rei, esse papa transferiu a sede da Igreja de Roma para a cidade de Avignon,

no sul da França. Nesse período, conhecido como "cativeiro Babilônico", a Igreja ficou sob a tutela dos reis franceses. A sede da Igreja só voltaria novamente para Roma em 1415. A monarquia francesa iria se consolidar durante a Guerra dos Cem Anos contra a Inglaterra.

A MONARQUIA INGLESA

Figura16: Henrique II / http://pt.infobiografias.com

Em 1066, os normandos, vindos da França, invadiram a Inglaterra. A ilha da Bretanha, até então, era composta de sete pequenos reinos, formados pelos anglos e pelos saxões, povos germânicos que invadiram o Império Romano no século V. Comandados por Guilherme, o duque da Normandia, os normandos derrotaram os anglo-saxões na Batalha de Hastings. Guilherme, o Conquistador, como ficou conhecido, tornou-se rei da Inglaterra.

Na Inglaterra, a conquista militar possibilitou a consolidação de uma monarquia relativamente forte e centralizada. Os domínios do rei eram mais extensos que os da nobreza, que foi proibida de cunhar moedas e de fazer justiça, tornando-se essas atividades exclusivas do rei. Este dividiu a Inglaterra em condados, que eram unidades administrativas submetidas à autoridade de funcionários do rei.

Em 1154, um nobre francês, Henrique Plantageneta, parente do rei, herdou a Coroa da Inglaterra. Assumiu o trono com o título de Henrique II, fundando a dinastia de Plantageneta. A ascensão do novo monarca deu à Inglaterra o domínio sobre os novos territórios na França: os condados

de Anjou, Turíngia e Aquitânia. Em seu governo, o novo rei lançou os primeiros impostos sobre a propriedade e a renda e incentivou a nomeação de juízes, que eram enviados para administrar a justiça nas várias regiões do reino. As decisões desses juízes suplantaram, pouco a pouco, os diferentes grupos locais e uniformizaram o direito em todo o país.

Ricardo Coração de Leão sucedeu a Henrique II no trono inglês. Dos dez anos de seu governo, ausentou-se do reino por nove, liderando a Terceira Cruzada e lutando na França pela manutenção de seus domínios. A prolongada ausência permitiu aos nobres ingleses fortalecer seus privilégios feudais e enfraquecer a autoridade do rei.

Em 1199, João Sem-Terra, irmão de Ricardo, assumiu o trono inglês. O enfraquecimento da autoridade real inglesa prosseguiu em seu governo. Os nobres ingleses aproveitaram-se do desgaste do rei para diminuir seu poder. Em 1215, eles obrigaram João Sem-Terra a assinar um documento denominado Magna Carta.

No reinado de Henrique III, de 1216 a 1272, a oposição dos nobres aos monarcas continuou, mas agora com o apoio de setores dos habitantes das cidades. Um nobre, Simão de Montfort, liderou uma revolta da aristocracia. Procurando conquistar adesão popular, propôs a convocação de uma assembléia formada por membros da nobreza, do clero e por representantes das cidades. Essa assembléia deu origem ao Parlamento inglês.

Em 1295, no reinado de Eduardo I, oficializou-se a existência do Parlamento, que foi dividido em duas câmaras: a dos Lordes e a dos Comuns. A Câmara dos Lordes, nomeada pelo rei, era composta pelos mais importantes nobres e membros do clero. A Câmara dos Comuns, eleita por setores menos poderosos da nobreza e pelos habitantes da cidade, era composta por cavaleiros e pela burguesia.

Na Inglaterra, a ausência de apoio da burguesia aos reis que sucederam Henrique II se deveu à cobrança de impostos abusivos. Os monarcas cobravam tributos de forma exagerada, atingindo especialmente os habitantes das cidades. Apenas no século XIV é que iria ocorrer um maior desenvolvimento do comércio, o crescimento das cidades, o uso mais comum do dinheiro e a conseqüente formação de uma burguesia forte na Inglaterra

A MAGNA CARTA

"A interpretação dada à Magna Carta é normalmente errônea. Ela não foi uma carta de defesa das liberdades de todos os habitantes da Inglaterra. Com caráter essencialmente feudal, o documento limitava a autoridade da realeza. De acordo com ele, o soberano não podia estabelecer novos impostos nem aumentar os anteriores sem a prévia autorização do Grande Conselho, do qual participavam apenas a nobreza e a alta hierarquia do clero.

Embora de conteúdo feudal, mais tarde a Magna Carta teve suas prescrições interpretadas de forma mais ampla, sendo, ainda hoje, um documento legar referenciado pelos ingleses em defesa da garantia de algumas liberdades universais. Naquele momento, porém, o documento imposto ao rei significava um recuo na centralização do poder, beneficiando prioritariamente a nobreza e, depois, a burguesia, na medida em que restringia a tributação excessiva.

A MONARQUIA PORTUGUESA

Figura 17: Dinastia de Borgonha / http://www.usinadeletras.com.br

A primeira monarquia a centralizar o poder na Europa foi Portugal, situado na Península Ibérica, no litoral do Oceano Atlântico. Num passado remoto, essa região fora habitada por celtas e iberos, que aí chegaram por volta de 3000 a. C.

Como já foi visto, no século VIII teve início o domínio dos islâmicos, com a rápida ocupação da região. No século X, iniciou-se a Guerra da Reconquista , quando se expandiram no território ibérico os reinos cristãos de Leão, Aragão e Castela. O rei Afonso VI, de Leão e Castela, conseguiu que suas tropas obtivessem inúmeras vitórias contra os islâmicos, os quais recuaram para Granada, também na Península Ibérica. Nobres franceses vieram lutar ao lado do exército de D. Afonso VI na esperança de conseguir alguns feudos. Um deles, Henrique de Borgonha, recebeu, por serviços prestados, a mão de D. Teresa, filha de Afonso VI, além de terras situadas entre os rios Minho e Douro. Nessa região se consolidou o Condado Portucalense.

Segundo as relações de suserania e vassalagem, o nobre recebedor das terras devia obrigações de fidelidade ao doador. Portanto o Condado Portucalense ainda não era um reino independente, estando sob a suserania de Afonso VI. O filho de Henrique de Borgonha, Afonso Henriques, contrariando o costume medieval, rompeu com esses laços. Em 1139 ele se proclamou rei de Portugal, dando início à primeira dinastia portuguesa, a dinastia de Borgonha.

Os soberanos dessa dinastia fizeram da expansão territorial uma prioridade de governo. Com isso, obrigavam a nobreza a unir-se sob seu comando. Em Portugal, a monarquia formou-se, também, pelo fato de um poder centralizado facilitar a luta contra os muçulmanos. Além disso, lá se desenvolveu um novo grupo social, ligado ao comércio: a burguesia. Paralelamente à produção de azeite, vinho e cereais desenvolvida no interior, no litoral progrediam a navegação, a pesca, o artesanato e o comércio. Ao final do século XIV, observava-se um pleno convívio das economias agrária e marítima.

Naquela época, o comércio europeu era feito em torno de dois grandes pólos: a Península Itálica ao sul e Flandres ao norte. No século XIV, a rota de Champanhe, que ligava esses dois centros comerciais, foi destruída pela Guerra dos Cem Anos. Os mercadores flamengos (da região de Flandres) e da atual Itália organizaram um novo trajeto marítimo: saíam pelo Mediterrâneo, ultrapassavam o estreito de Gibraltar, faziam escala nos portos portugueses (Lisboa e Porto) e rumavam para o Mar do Norte.

A burguesia comercial portuguesa fortaleceu-se e procurou desembaraçar-se dos obstáculos representados pelas instituições feudais. Essa burguesia preparou-se para realizar as transformações econômicas e sociais imprescindíveis à sua expansão além-mar, pois percebia que depender do interior da Europa não era seguro nem suficiente para o comércio.

Em 1383 morreu D. Fernando I, o que gerou uma crise pela sucessão do trono. A burguesia incitou a população das cidades a reagir contra a

nobreza e, após dois anos de guerra civil, colocou no trono português D. João, da cidade de Avis. Essa revolução ficou conhecida como Revolução de Avis. Durante a dinastia de Avis a nobreza ficou submetida ao rei, o qual se mostrou um firme aliado da burguesia e preparou o caminho para as grandes navegações do século XV". (COSTA E MELLO, 2008, p. 181/184).

O NASCIMENTO DO ESTADO MODERNO

"No decurso da segunda metade do século XV, o Estado monárquico desembaraça-se do mundo senhorial, ultrapassando os três obstáculos que entravam sua marcha: ruptura das hierarquias tradicionais, compartimentação da cristandade, necessidade de enfrentar novas e múltiplas tarefas com meios limitados. No quadro das nações que se afrontam, dilata sua unidade. Chamado a concentrar em suas mãos o exercício da administração e o uso da força, agrupa ou cria instrumentos da autoridade. Encontra, enfim, no enfraquecimento político e econômico dos antigos quadros sociais, bem como no concurso das burguesias e das novas nobrezas, os meios de reduzir à obediência os membros do corpo social e de transformá-los em seus súditos". (CROUZET, 1994, p. 154).

FORMAÇÃO DAS NACIONALIDADES NA IDADE MÉDIA

Com o nascimento do feudalismo, o processo de formação das nacionalidades continuou acentuando-se. A nacionalidade é uma categoria histórica que vem depois do clã e da tribo e que precede a nação. Se o nascimento e o desenvolvimento das nações está unido à história do capitalismo. O das nacionalidades está relacionado com os regimes sociais e econômicos precedentes: regimes escravista e feudal, tanto que os clãs e as tribos são categorias unidas ao regime da comunidade primitiva.

Para os países que ascenderam ao regime feudal após haverem passado pela etapa do escravismo (por exemplo, Índia, China, Irã, na Ásia; Itália, França e Espanha, na Europa), a passagem para as relações feudais significava um novo passo em direção à formação das nacionalidades que já haviam começado a formar-se desde a Antiguidade. Para os países que vieram diretamente da comunidade primitiva para o feudalismo (Alemanha, Inglaterra, países escandinavos, Rússia, Boêmia, Polônia, na Europa, e algumas tribos turcas no Oriente), o processo da formação das nacionalidades a partir das tribos e das confederações tribais começou ao mesmo tempo que o desenvolvimento do feudalismo.

Para algumas confederações ou grupos tribais da Europa e da Ásia (tribos mongóis e algumas tribos turcas), o começo deste processo se situa em uma época posterior, por volta do século XI e XIII.
A formação das nacionalidades efetuou-se segundo a situação histórica concreta. Na França, por exemplo, devido ao desenvolvimento particular das regiões Norte e Sul, formaram-se simultaneamente duas nacionalidades semelhantes: a nacionalidade francesa do Norte e do Sul que juntas formaram a nação francesa.
A história da nacionalidade que se formou na velha Rússia apresenta também características particulares. O desenvolvimento econômico, social e político durante o período de desmembramento do feudalismo, o crescimento da grande propriedade agrária e o isolamento dos centros econômicos durante as numerosas invasões estrangeiras, as árduas conquistas dos tártaros e mongóis causaram o fracionamento da velha nacionalidade russa. A partir de uma única nacionalidade russa, foram se formando progressivamente três nacionalidades aparentadas: a nacionalidade russa (Grande Rússia), a ucraniana e a bielo-russa, aproximadas pela língua e pela cultura e conservando, mesmo ante todo tipo de vicissitude, a consciência da unidade de sua origem e de seu destino comum.
Em numerosos países da Ásia e da Europa, o processo de formação das nacionalidades foi se completando, em geral, na etapa do feudalismo desenvolvido ou pleno, o que está relacionado com o fato de que as relações comerciais, baseadas no dinheiro, se haviam multiplicado e que um mercado interno se havia formado, assim como o fato de que a divisão havia sido progressivamente superada e de que os principais centros econômicos e culturais haviam surgido. A passagem do feudalismo para o capitalismo, a supressão do fracionamento feudal e a formação de um mercado nacional, a formação de centros econômicos e culturais nacionais, criaram condições para a nacionalidade transformar-se em nação. (PINSKY, 1979, p. 176/178).

CONCLUSÃO

O renascimento urbano e a revolução comercial, somados às transformações e a crise do feudalismo fortaleceram a centralização do poder nas mãos dos reis. "Aos poucos, a organização política feudal cedeu lugar às monarquias nacionais, centralizadas e fortes. Começavam a surgir, assim, os Estados modernos".

RESUMO

A fragmentação do poder político foi uma característica do feudalismo. O rei compartilhava o poder com os grandes senhores, que reinavam absolutos sobre seus dependentes.

As transformações que a partir do século XII começaram a mudar a economia e a sociedade feudal também alcançaram o plano da política. Pouco a pouco, os reis fossem retomando os poderes que estavam dispersos.

Portugal, França e Inglaterra foram os países que contaram inicialmente com monarquias centralizadas, "forma sob a qual se estruturou o Estado na passagem da Idade Média para os tempos modernos", por volta do século XV.

Completamos nossa aula a formação do Estado moderno com a sugestão de leitura de um pequeno texto que trata do surgimento das nacionalidades.

ATIVIDADES

1. De que forma se deu a relação entre a centralização do poder e o renascimento comercial e urbano.
2. Destaque fatores que foram importantes na formação das Monarquias francesa, inglesa e portuguesa.
3. Como você entendeu a abordagem da formação das nacionalidades?

PRÓXIMA AULA

Depois das mudanças econômicas e políticas do feudalismo vamos prosseguir com o estudo do tema abordando, na próxima aula, as transformações acontecidas na cultura e na sociedade feudal.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson de A. e PILETTI, Nelson. **Toda A História. História Geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu **A. História Geral e do Brasil: da Pré-História ao Século XXI.** São Paulo: Scipione, 2008.

CROUZET, Maurice (Direção). **História Geral das Civilizações**. A Idade Média: Os tempos difíceis. V. 8. Tradução de Pedro Moacyr de Campos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

FRANCO Jr., Hilário. **O Feudalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

----------------------------. **A Idade Média: o Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEDRERO-SANCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: Textos e Testemunhas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PINSKY, Jaime. **O Modo de produção Feudal**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RIBARD, André. **A Prodigiosa História da Humanidade**.
tomo 1. Tradução de Darcy Damasceno e Iracilda M. Damasceno. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.